



CONTRADITÓRIO
think tank

Rui Faro Saraiva | A República Semi-teocrática
Iraniana: Até Quando?

Working paper 11/13 | Junho 2011



A República Semi-teocrática Iraniana: Até Quando?

Rui Faro Saraiva

Working Paper 11/13
Junho 2011

Contraditório
www.contraditorio.pt

e-mail: info@contraditorio.pt

As opiniões expressas no artigo são da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não coincidem necessariamente com a posição do Contraditório.

O Contraditório é uma associação sem fins lucrativos, independente e sem qualquer vínculo político-partidário, que tem como missão divulgar boas práticas e propor soluções inovadoras. Acreditamos que a liberdade cria espaço para a criatividade, o mérito e a responsabilidade. O Contraditório assume a sua missão com coragem e confiança, sem medo e sem favor.

Os estudos do Contraditório procuram estimular o debate de ideias.

Citação: Rui Faro Saraiva, *A República Semi-teocrática Iraniana: Até Quando?*, Working Paper 11/13, Junho 2011, Contraditório, www.contraditorio.pt

Copyright: Este Working Paper é disponibilizado de acordo com os termos da licença pública creative commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/deed.pt>).



RESUMO

É ainda uma incógnita se o actual processo de democratização no mundo árabe se estenderá a todos os regimes da região, ou se iremos presenciar algumas excepções. Existindo ou não uma excepção persa, faz todo o sentido tentar compreender o regime político iraniano instituído em 1979. Com a emergência do Irão Revolucionário assistiu-se simultaneamente à criação de um dos sistemas políticos mais complexos a nível global. Pretende-se assim com este *paper* analisar o sistema político iraniano instaurado através da Revolução Islâmica, e decodificar o complexo processo de decisão política que provém de um regime político híbrido, onde convivem instituições teocráticas em conjunto com instituições republicanas.

Palavras-chave: Irão, Islão, Republicanismo, Revolução islâmica, Teocracia, Xiismo duodecimano

Autor: Rui Faro Saraiva

e-mail: rfs@contraditorio.pt



Hoje desconhece-se se o actual processo de democratização no mundo árabe se estenderá a todos os regimes da região, ou se iremos presenciar algumas excepções. Existindo ou não uma excepção persa, faz todo o sentido tentar compreender o regime político iraniano instituído em 1979. Com a emergência do Irão Revolucionário assistiu-se simultaneamente à criação de um dos sistemas políticos mais complexos a nível global. Pretende-se assim analisar o sistema político iraniano instaurado através da Revolução Islâmica, e descodificar o complexo processo de decisão política que provém de um regime político híbrido, onde convivem instituições teocráticas em conjunto com instituições republicanas.

Para a análise do processo de decisão política na República Islâmica do Irão, será necessária a compreensão sobre o sistema político iraniano, os seus actores institucionais e não institucionais, a competição pelo poder e a autoridade entre esses mesmos actores, e ainda os laços familiares e as relações pessoais, que representam o plano informal em que o processo de decisão política se desenvolve. Tudo isto, em conjunto com a confluência entre a religião e a política, o que resulta num sistema complexo, quase caótico, que influencia o carácter por vezes contraditório da política externa iraniana.

Em 1979, o Xá Mohammad Reza Pahlavi e o respectivo regime monárquico secular iraniano, foram depostos por um movimento de massas liderado por uma figura religiosa, o pai fundador do novo regime, o Ayatollah Ruhollah Khomeini. O sistema instituído, o *Velayat-e Faqih*, coloca o Líder Supremo no topo da estrutura de poder. No caso da Revolução Islâmica, onde a religião parece ter tido a primazia sobre a política, excepção no Médio Oriente e no Norte de África, existem algumas considerações que devem ser ponderadas. A primeira delas reside no facto da República Islâmica conviver com duas estruturas políticas institucionais em paralelo, sendo assim uma teocracia atípica. A autoridade do clero foi confirmada pela existência de instituições como o Líder Supremo, o Conselho dos Guardiões, a Assembleia de Peritos, ou o Corpo dos Guardas da



Revolução Islâmica. Em simultâneo, o regime político iraniano acolhe um parlamento e um presidente eleitos, e um sistema burocrático moderno¹.

Durante os dez anos da liderança Khomeini, foi predominante a influência da religião sobre os assuntos do Estado. No amanhecer da Revolução, os seculares ou nacionalistas, assim como a esquerda iraniana, foram marginalizados e por vezes eliminados, mesmo aqueles que tinham lutado contra o regime do Xá. O clero ganhou o controlo sobre instituições chave, os tribunais e a justiça, os *media*, e importantes sectores da economia. Será assim necessário conhecer a religião praticada pela maioria dos iranianos e da elite política, o Xiismo duodecimano. Compreender como esta tradição se enquadra no mundo islâmico, o que representa o culto do imamato, e de que forma influenciou o actual regime político iraniano.

O estudo da elite política e da rivalidade entre as diferentes facções políticas iranianas, o seu impacto nas instituições do país, e no campo económico e sociocultural, assim como na formulação da política externa, será também da maior relevância no âmbito da compreensão do processo de decisão política da República Islâmica. Não existem partidos políticos oficiais no Irão, são as facções políticas que representam a visão política dos seus membros. As facções não são homogéneas e todas apoiaram Khomeini, a Revolução Islâmica e a ideia de um Estado islâmico. Estão no entanto em desacordo, quanto a questões de política externa, económicas ou socioculturais. Após a morte de Khomeini em 1989, a competição pelo poder intensificou as divisões e as rivalidades entre as diversas facções.

Da Revolução Islâmica de 1979 não resultou o estabelecimento de um regime político orientado para o passado ou tradicionalista. Ao contrário, a mesma originou uma sociedade que é, em parte, moderna e progressista. O país observa uma alta taxa de literacia, uma alta percentagem de população com educação superior, especialmente entre as mulheres. A geração mais jovem desenvolveu um

¹ QUANDT, William B., *Religion and Politics in the Middle East and North Africa*, in FATTON, Robert; RAMAZANI, R. K., *Religion, State and Society – Jefferson Wall of Separation in Comparative Perspective*, New York: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 163-164



espírito crítico em relação ao governo, está ciente das suas necessidades e espera um futuro ainda melhor. A questão sobre a sobrevivência do regime permanece, e florescem os debates no Irão sobre a democracia e o papel da religião na política.

Passados mais de trinta anos da Revolução Islâmica, o regime político iraniano e o complexo processo de decisão política que o caracteriza é ainda de difícil compreensão.

O Xiismo do 12º Imam

Enquadramento no Mundo Islâmico

O Xiismo Duodecimenano, a religião oficial da República Islâmica do Irão, é parte integrante do chamado Mundo Islâmico. A palavra Islão significa submissão à vontade de *Allah* e o muçulmano é aquele que a ela se submete. Do ponto de vista dos muçulmanos, Maomé é o último profeta de *Allah* e foi ele que proporcionou à humanidade os preceitos islâmicos, através do Alcorão.² Deste livro sagrado e da sua mensagem, assim como da *Sunnah* do profeta Maomé (as suas práticas religiosas preferidas) e das *Hadiths* (narrativas sobre a sua vida), resultaram diversas tradições religiosas islâmicas que influenciaram incontáveis gerações desde a África Ocidental até à Indonésia³.

As duas maiores tradições dentro do Islão são o Sunismo e Xiismo. Quando Maomé estava em Medina estabeleceu três princípios fundamentais e cinco preceitos religiosos que são comuns às duas referidas tradições islâmicas. Os primeiros são: 1) Acreditar em Deus e a rejeição de todo o tipo de culto prestado a ídolos; 2) Acreditar em Maomé enquanto mensageiro de Deus; 3) Acreditar no Dia do Julgamento. Quanto aos cinco preceitos: 1) Orações obrigatórias cinco

² COSTA, Helder Santos, *Shiismo Iraniano – uma abordagem Histórico-Sociológica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000, p. 85

³ MICHON, Jean-Louis, *Introduction to Traditional Islam – Foundations, Art, and Spirituality*, Indiana: World Wisdom, 2008, p. 3



vezes ao dia; 2) Jejuar no mês do Ramadão; 3) Praticar a generosidade; 4) Peregrinação à Ka'bah; 5) Jihad, ou a Guerra Santa⁴.

Os sunitas constituem a maioria dos praticantes do Islamismo, sendo assim o Xiismo, o ramo minoritário. Os sunitas reconhecem os primeiros quatro califas como legítimos sucessores de Maomé. Em contraste com os Xiitas, os sunitas observam o Estado teocrático construído por Maomé como um domínio, terreno e temporal, considerando assim a liderança do Islão não como um sistema determinado por inspiração divina, mas pela realidade política prevalecente no mundo muçulmano. A ortodoxia sunita é marcada pela ênfase nos princípios e costumes aceites pela maioria da comunidade. A instituição do consenso desenvolvida pelos sunitas permitiu-lhes incorporar várias práticas e costumes que surgiram através de um desenvolvimento histórico comum, mas que, no entanto, não tinha raízes no Alcorão. No século XX, os sunitas constituíam a maioria dos muçulmanos em todas as nações, com excepção do Irão, do Iraque e do Iémen. Representam cerca de 900 milhões dos habitantes do planeta e constituem nove décimos de todos os seguidores do Islão⁵.

Os xiitas, ou seguidores de Ali, acreditam que a liderança religiosa, a autoridade espiritual, e a orientação divina de Maomé foram passadas para os seus descendentes, começando com o seu genro e primo Ali Ibn Abi Talib, a sua filha, Fátima, e os seus filhos, Hassan e Hussein. O evento definidor do xiismo foi o martírio de Hussein, os seus familiares do sexo masculino, e muitos dos seus companheiros em Karbala (Iraque), no ano 681, pelos Omíadas. Actualmente existem três ramos principais dentro do Xiismo: os Zaydis, os Ismaelitas, e os *Asharis Ithna* ou Xiitas Duodecimanos. Os Zaydis (seguidores de Ali Ibn Zayd ibn al-Husayn) encontram-se na sua maioria no Iémen, Iraque, e algumas regiões de África. Representam os grupos de activistas que acreditam que o Imam deve lutar pelos seus direitos e ser um governante do Estado. Os Ismaelitas surgiram

⁴ MOMEN, Moojan, *An Introduction to Shi'i Islam – The History and Doctrines of Twelver Shi'ism*, New York: Yale University Press, 1985, p. 8

⁵ *Sunnite*, Encyclopædia Britannica 2010, in Encyclopædia Britannica Online, [http://www.britannica.com/EBchecked/topic/574006/Sunnite], Consultado em 15 de Junho de 2010



após o sétimo Imam, Ismail. Fundaram o Império Fátimida (909 - 1171) e representam uma corrente xiita esotérica. Os *Asharis Ithna*, ou xiitas duodecimanos são o maior grupo e o mais moderado. Acreditam nos doze Imams, começando com o Imam Ali e terminando com Muhammad Al-Mahdi, que entrou em ocultação e deverá, segundo o Xiismo Duodecimano, retornar no fim dos tempos como o Imam que irá restaurar a justiça e a equidade na terra. Ele é, portanto, referido como o Imam al-Muntazar, o Imam esperado⁶.

O pensamento político xiita, entrou na sua fase moderna, durante a Revolução Constitucional Iraniana de 1905-1911, quando os xiitas foram divididos entre as forças do constitucionalismo, o modernismo, razão e secularismo, por um lado, e as forças que defendiam as interpretações mais tradicionais da fé, lei religiosa, e o papel dos clérigos, por outro. Entre 1940 e 1950, o pensamento político xiita abordou questões como o comunismo e o nacionalismo, muitas vezes apresentando a teocracia xiita como uma alternativa. Durante a década de 1960, as bases institucionais para a propagação do pensamento político moderno xiita foram criadas nas escolas corânicas e nas associações de universitários e profissionais de muçulmanos. Encontros informais liderados por clérigos e intelectuais, promovendo assim a mobilização política xiita. O estabelecimento do Governo Islâmico, *Velayat-e Faqih*, por Ayatollah Khomeini, com a Revolução Islâmica do Irão, representou o mais importante acontecimento relacionado com o pensamento político xiita contemporâneo⁷.

A Revolução Islâmica Iraniana de 1979 despoletou o revivalismo xiita em toda a região do Médio Oriente. Os Xiitas iranianos foram a partir desse momento encarados com orgulho pelos outros xiitas da região, pela instituição de um regime político baseado na governação divina. O Líder Supremo, Ayatollah Khomeini tornou-se um modelo de sucesso quanto ao activismo político xiita, com repercussões no Afeganistão, no Paquistão, na Arábia Saudita, no Kuwait, no Bahrain, no Iraque e no Líbano. Os Xiitas abandonaram a partir desse momento a

⁶ ESPOSITO, John (ed.), *Shii Islam*, in *The Oxford Dictionary of Islam*, *Oxford Islamic Studies Online*, [<http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2189>], Consultado em 15 de Junho de 2010

⁷ IDEM, *Ibidem*



defesa do nacionalismo árabe ou de algumas ideologias de esquerda, lutando pela governação teocrática xiita em diversas regiões do Médio Oriente⁸.

O Culto dos Imams

Os xiitas duodecimanos vêem os Imams como os intérpretes dos Profetas. A linhagem dos Imams segue naturalmente a linhagem dos Profetas, como um céu iluminado pelas estrelas sucede o dia de sol resplandecente, assim os referem os teólogos duodecimanos. Segundo a fé Imamita, o desaparecido 12º Imam, fisicamente ausente, permanece sempre vivo e encontra-se presente misticamente.⁹

A ligação ao Imam é uma nota dominante no que respeita à mentalidade religiosa xiita. O destino trágico do Imam Husain tornou-se num dos maiores símbolos do voluntariado do martírio. As tradições xiitas celebram o sacrifício de Husain ao oferecer-se sem esperança de êxito terreno para a salvação da comunidade. O suicídio do 3º Imam representa assim o paradigma da martirologia para o Islão xiita. Na perspectiva do Xiismo Duodecimano, o Imamado pertence por direito próprio a Ali e aos seus descendentes, sendo o dever dos religiosos e académicos citar as tradições recusadas pelos Sunitas e pelos Kharajitas. O Xiismo Duodecimano entende que é o Imam reinante que designa o seu sucessor. Ao contrário do sunismo, onde o Califa é apenas o chefe temporal de uma comunidade política e religiosa, o Imam é um prolongamento da inspiração divina do profeta, e permanece através dele sempre vivo e presente. Desde o II século da Hégira (século IX), que os Imams foram declarados infalíveis não apenas no exercício do seu cargo, mas desde o seu nascimento até à sua morte. Este estatuto não deriva unicamente da posse de uma qualidade intrínseca que os torna sobre-humanos, mas de uma graça de Deus que os constitui como tal. Os xiitas

⁸ MASR, Vali, *The Shia Revival – How Conflicts within Islam will Shape the Future*, New York: Norton & Company Ltd., 2007, pp. 138-139

⁹ COSTA, *op. cit.*, p. 97



duodecimanos acreditam que os Imams são os sucessores legais do Profeta e as suas referências em questões litúrgicas são sempre em número doze. O Profeta Maomé designou-os pelos seus nomes e cada um deles designou o seu sucessor. São os seguintes: 1) Imam Ali al-Murtadha; 2) Imam al-Hassan al-Mujtaba; 3) Imam al-Hussayn Ibn Ali al-Shahid; 4) Imam Ali Zainul-A'bedeen; 5) Imam Mohammad al-Baquir; 6) Imam Já'far al Sadiq; 7) Imam Musa al-Kazem; 8) Imam Ali al-Reza; 9) Imam Mohammad al-Jawad; 10) Imam Ali al-Naghee; 11) Imam al-Hassan al-Askari; 12) Imam Mohammed al-Mahdi (vivo eternamente, segundo o Xiismo do 12º Imam). Para os Xiitas Duodecimanos este é o Imam da nossa época e é a prova de Allah, é assim importante que se acelere a sua reaparição a fim de que ele possa instituir a Justiça numa Terra, plena de injustiça e de opressão¹⁰.

Na sua forma mais simples, a doutrina da Ocultação (*Ghayba*), declara que Mohammed Ibn Hassan (al-Mahdi), o 12º Imam, não morreu mas foi ocultado por Deus aos olhos dos Homens. A sua vida foi miraculosamente prolongada até ao dia em que se irá manifestar de novo com a permissão de Deus. Alguns dos crentes, incluindo a maioria da elite política iraniana, especialmente entre os Conservadores, acreditam que o Imam manifesta-se ocasionalmente aos seus fiéis seguidores, na realidade ou em sonhos. Acreditam também que as mensagens deixadas nos locais relacionados com o Imam vão ser lidas pelo mesmo. Ahmadinejad pertence a uma seita religiosa minoritária chamada *Hasteners*, estes acreditam que é o dever dos fiéis preparar o caminho para o retorno do 12º Imam e talvez até mesmo criar as condições propícias para que isso aconteça, o que levou a algum comportamento excêntrico pela actual administração Ahmadinejad. Em todas as refeições oficiais é deixado um lugar vago na mesa, caso o Imam apareça. Foram gastas grandes quantias de dinheiro na renovação do santuário e do poço onde acredita-se que o Imam poderá aparecer, e quando é decidido qualquer decreto-lei ou proposta para um novo ministro ou gabinete, esses documentos são atirados para o poço, na eventualidade de o Imam Oculto oferecer

¹⁰ IDEM, *Ibidem*, pp. 101-103



a sua disponibilidade para os ler.¹¹ Devemos salientar que para os xiitas duodecimanos, a ocorrência da ocultação do Imam é considerada o resultado da necessidade de protecção face aos inimigos e as ameaças do Islão. O seu retorno espera o decreto de Deus, no momento anterior ao Dia do Julgamento e no mesmo dia em que aparecerá o *Dajjal* (o anti-cristo), assim o diz a doutrina do retorno (*Raj'a*)¹².

A Ocultação do 12º Imam, deixou uma questão em aberto na teoria xiita, com consequências políticas. O Imam era simultaneamente o líder espiritual e temporal da comunidade. Era o mesmo que interpretava a lei e era teoricamente responsável pela sua aplicação. Durante a Ocultação Menor do Imam foram designados quatro agentes que eram o porta-voz do Imam Oculto, mas quando se sucedeu a Grande Ocultação, que dura até a actualidade, não foi designado qualquer agente de comunicação entre o Imam e a comunidade. Será ainda relevante afirmar que o 12º Imam não deixou qualquer instrução sobre como deveria ser organizada a sociedade na sua ausência. Foi assim criado um vazio político e espiritual na comunidade xiita imamita. Só quando surgiram os primeiros Estados xiitas, surgiram também as consequências da Ocultação do Imam perante uma nova realidade política. Tendo em conta que o Imam ainda vive, embora estando oculto, e sendo que é o líder espiritual e temporal da comunidade, os reis e emires que desempenhavam as funções destinadas ao Imam, sofriam de um problema de legitimidade. As consequências políticas da divergência entre a teoria e as diferentes realidades políticas resultaram na tensão contínua entre o governo e a religião ao longo dos tempos. No entanto, poucos foram os crentes que questionaram a legitimidade dos *Ulemas*, os sábios religiosos, para o exercício do poder temporal e espiritual do 12º Imam¹³.

O conceito de *Ulama* ou *Grand Ayatollah*, como sendo o representante do 12º Imam, em questões espirituais ou temporais, tornou-se a base da sua autoridade e influência. O conceito de *Velayat-e Faqih* está assim relacionado com esta

¹¹ STOURTON, Edward, *Ahmadinejd's Theological Foes*, in BBC News Online, [http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/8314126.stm], Consultado em 11 de Dezembro de 2009

¹² MOOJAN, *op. cit.*, pp. 165-168

¹³ IDEM, *Ibidem*, pp. 170-171



premissa. Khomeini baseou-se na teologia e na jurisprudência islâmica para criar um sistema político que enfatiza o governo do *Faqih*, o Jurista Supremo e a voz do Imam Oculto na Comunidade.¹⁴ A aplicação deste regime político foi possível através da Revolução Islâmica do Irão em 1979, num país onde 93% da população pratica o Xiismo Duodecimano, e onde as circunstâncias políticas, económicas e sócio-culturais do Irão *ante* Revolução eram favoráveis à mudança de regime e à chegada da elite clerical ao poder.

***Velayat-e-Faqih* – O Governo Islâmico**

O regime político instituído através da Revolução Islâmica de 1979 é um sistema híbrido com traços republicanos, porém, onde predominam os traços teocráticos. Idealizado por Ayatollah Khomeini, é comumente designado como *Velayat-e Faqih*, ou o Governo do Jurista Supremo.

Uma teocracia, no seu sentido literal, significa o governo de Deus, todavia está associada a um Estado onde a elite política dominante é o clero e onde predominam os ideais e os preceitos religiosos. Os exemplos históricos surgem desde o antigo Estado de Israel, do governo calvinista de Genebra, e do Tibete governado pelo Dalai Lama até à invasão do país pelos comunistas chineses. Actualmente, para além do Vaticano, o mais evidente exemplo de influência teocrática vem do mundo islâmico. O conceito de um Estado Islâmico baseado na lei islâmica, a *sharia*, a palavra de Deus, implica que inevitavelmente a classe dominante seja o clero¹⁵.

O híbrido sistema político iraniano pode ser explicado através do conceito de *Velayat-e Faqih*, criado por Ayatollah Khomeini, o pai e líder da revolução. O seu método oferece a liderança política, na ausência do Imam Oculto, ao *Faqih*, o Líder político e Jurista Supremo em Direito Canónico Islâmico, cujas

¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 197

¹⁵ BALEY, Frank, *The Blackwell Dictionary of Political Science*, Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1999, pp. 320-321



características o qualificam para liderar a comunidade. Khomeini foi considerado no momento *post* revolucionário como sendo o homem certo para liderar espiritual e politicamente o Irão, sendo assim a sua autoridade consagrada na Constituição Iraniana. O problema na sucessão de Khomeini produziria uma cláusula que nunca foi promulgada, que dizia que se nenhum supremo religioso-jurista emergir após a era Khomeini, a liderança passará a ser exercida por um Comité integrado por três ou cinco seniores religiosos a serem eleitos pela Assembleia de Peritos. A morte de Khomeini deixou a República Islâmica sem sucessor, foi no entanto introduzida uma emenda constitucional, a fim de permitir a Hojjat ol-Islam Ali Khamanei tornar-se o Líder Supremo. Khamanei era apenas um membro dos escalões intermédios do clero xiita duodecimano¹⁶.

Segundo Ayatollah Khomeini, o governo islâmico não corresponde a nenhuma das outras formas de governo existentes. Refere que não é uma tirania, onde o chefe de Estado pode tratar de forma arbitrária a propriedade e as vidas das pessoas, fazendo uso delas como lhe aprouver. Khomeini afirma que o Líder Supremo é o mensageiro do Imam na terra, por isso é também o mensageiro do profeta, e conseqüentemente o mensageiro de Deus. Segundo Khomeini, o governo islâmico não é tirânico, nem absoluto, mas constitucional. Refere que não é constitucional, no sentido corrente da palavra, ou seja, com base na aprovação de leis em conformidade com o parecer da maioria. É constitucional no sentido de que os governantes estão sujeitos a um determinado conjunto de condições para governar e administrar o país, essas condições constam no Alcorão e na *Sunnah*. São assim as leis islâmicas, as que compõem este conjunto de condições que devem ser observadas e praticadas. O governo islâmico pode ser definido como o primado do direito divino sobre os homens¹⁷.

A visão de Khomeini defende que a diferença fundamental entre o governo islâmico, por um lado, e as monarquias constitucionais e as repúblicas, por outro, é que os representantes do povo ou o monarca em tais regimes dependem da

¹⁶ COSTA, *op. cit.*, p. 373

¹⁷ KHOMEINI, Imam, *Islamic Government*, Tehran: The institute for Compilation and Publication of Imam's Khomeini's works, 1992, p. 37



legislação, no Islão o poder legislativo e a competência para estabelecer as leis pertence exclusivamente a Deus. O Legislador Sagrado do Islão é o único poder legislativo. Ninguém terá o direito de legislar e nenhuma lei pode ser executada sem a aprovação do Legislador Divino. O corpo de leis islâmicas que existe no Alcorão e na *Sunnah* foi aceite pelos muçulmanos e reconhecido como digno de obediência. Este consentimento e aceitação facilitam a tarefa do governo e faz com que seja verdadeiramente um conceito aceite pela população¹⁸.

Do ponto de vista da jurisprudência islâmica xiita, o *Faqih*, é a instituição que está mais apta para a governação de uma sociedade islâmica. O Líder Supremo quando encarna o poder político ou espiritual, tem as mesmas funções que o Imam Oculto¹⁹.

A Constituição da República Islâmica do Irão consagra o *Velayat-e Faqih*, apesar de alguns analistas ocidentais considerarem o texto como populista. A lei fundamental inicia-se com a introdução de dois termos relevantes, *Enqelab* (Revolução) e *Jomhuri* (República). Tece elogios a Khomeini, glorificando-o como líder da Revolução (Rahbar), fundador da República Islâmica, Imam e figura venerada por religiosos-juristas²⁰.

O *Velayat-e Faqih*, consagra assim o Líder Supremo como o principal actor político do regime político iraniano. A visão de Khomeini foi institucionalizada no momento pós-revolucionário iraniano, consagrada na constituição, criando variadas estruturas políticas, judiciais e de segurança, assim como um complexo sistema de órgãos de tomada de decisão política e de *checks and balances*, no sentido de preservar um sistema político de governo islâmico sob o controlo do Líder Supremo e da doutrina do *Velayat-e Faqih*.

¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 37

¹⁹ MOMEN, *op. cit.*, p. 196

²⁰ COSTA, *op. cit.*, p. 374



O Poder de decisão na República Islâmica do Irão

Os Órgãos Não-Electivos:

Faqih – O Líder Supremo

O poder de decisão e a autoridade no Irão estão em grande parte centrados no Líder Supremo, o *Faqih*. Assim o dita o *Velayat-e-Faqih* e a própria constituição iraniana. Inerente a esta instituição está aquele que a personifica. O poder de Ayatollah Khomeini, o principal ideólogo do regime, será inigualável pelos seus sucessores. No entanto, a posição do líder na hierarquia de poder do regime político iraniano, quer no plano constitucional, quer no plano pragmático, permanece como o *locus* do poder da República Islâmica.

O capítulo VIII da Constituição da República Islâmica do Irão define os poderes formais do Líder Supremo. As suas funções podem ser sumariadas do seguinte modo: Comandante-chefe das Forças Armadas; Decidir sobre as políticas gerais do Irão (após consulta do Conselho de Arbitragem); Supervisionar a implementação geral das políticas acordadas; Decretar referendo; Poder para declarar a guerra e a paz e a mobilização geral das tropas; Nomear e exonerar os membros do Conselho dos Guardiões, o chefe do poder judiciário, os directores das estações de Rádio e Televisão, o chefe do pessoal das Forças Armadas, o Comandante-Chefe da Campanha da Reconstrução e o Comandante-Chefe das forças militares e de segurança; Resolver os diferendos e regular as relações no seio do Governo; Resolver através do Conselho de Arbitragem os problemas que não podem ser solucionados pelos meios legais comuns; Assinar o decreto de nomeação do Presidente logo após a realização de eleições populares; Impugnar o



Presidente por razões de interesse nacional, submetendo-o ao veredicto do Supremo Tribunal ou ao voto de confiança dos *Majlis*²¹.

Para além das referidas funções, o Líder Supremo também nomeia numerosos “representantes especiais” no governo e em instituições culturais e religiosas, servindo como um meio de exercer influência e controlo de forma transversal ao sistema político iraniano e, ao mesmo tempo, assegurar que as suas políticas são aplicadas através de diversas agências governamentais. Nos referidos “representantes especiais” são incluídos os directores dos departamentos culturais das embaixadas iranianas espalhadas pelo mundo, obtendo assim uma forma de poder moldar e influenciar o processo de decisão ao nível da política externa iraniana. O *Faqih* nomeia ainda os líderes das orações de sexta-feira, disseminando assim a sua mensagem política e ideologia à população iraniana²².

O Líder Supremo nomeia também os directores das fundações para-estatais, as *Bonyads*, que funcionam como entidades económicas independentes do Estado. Por fim, o Líder Supremo com um secretariado de grande influência dentro do regime, o Gabinete do Líder Supremo, ou *daftar-e maqam-e mo'azzam-e rahbari*, elabora pareceres em diversas áreas, incluindo a Defesa e Política Externa. Assim os poderes constitucionais do *Faqih*, parecem não ter paralelo no sistema político iraniano, porém será da mesma forma relevante, analisar os poderes informais do Líder Supremo²³.

A aplicação dos poderes formais estabelecidos na constituição e a formação de uma rede que conduz ao fortalecimento dos poderes informais do Líder Supremo, depende da legitimidade e do carisma do *Faqih*.

Ruhollah Khomeini (1902-1989) é considerado o pai da revolução iraniana. Oriundo de uma família de *Mussavi Sayyeds*, ou seja descendentes do Profeta, a partir da linhagem que corresponde ao Sétimo Imam do Xiismo Duodecimano, Mousa Al Kazem. A formação académica e religiosa de Khomeini, revela que este

²¹ BAKHASH, S., *Iranian Politics Since the Gulf War*, in SATLOFF, R. B., *The Politics of Change in the Middle East*, Boulder: Westview Press, 1993, p. 82

²² THALER, David E. et al., *Mullahs, Guards and Bonyads – An Exploration of Iranian Leadership Dynamics*, Santa Monica: RAND, 2010, p. 25

²³ IDEM, *Ibidem*, p. 26



procurava atingir o conceito islâmico de Homem Perfeito. Paralelamente ao estudo da lei e da jurisprudência na cidade santa de Qom, o Ayatollah estudou também duas tradições pouco convencionais no Islão, a *Erfan* e a *Hekmat*. Estas visões tiveram um grande impacto na visão que tinha de si próprio e do mundo. *Erfan* significa em árabe gnose, ou seja, o conhecimento místico do mundo interior do homem através da procura constante da intimidade com Deus. *Hekmat*, a procura do estado transcendente, através do conhecimento directo com Deus²⁴.

Khomeini distinguiu-se do clero tradicional não só pelo seu percurso pessoal, mas também pelo conteúdo social do seu discurso e pelas suas ambições políticas. Foi o pai e o mentor da Revolução Islâmica de 1979 e do regime político implantado a partir dessa revolução. O centro do poder no Irão *post* revolucionário estava assim centrado no Faqih, o Jurista Supremo.

Este cargo institucional parecia estar feito à medida de Khomeini. Depois da sua morte foi o Ayatollah Ali Khamanei que herdou o seu título, sem no entanto conseguir igualar o poder e influência do seu antecessor. Faltava a Khamanei as credenciais religiosas e o carisma de Khomeini, no entanto gozava de grande influência na Assembleia dos Peritos, órgão institucional que elege o Líder Supremo. Aliás, as credenciais religiosas do actual *Faqih*, foram propositadamente melhoradas antes da sua eleição na Assembleia de Peritos. Ao contrário de Khomeini, Khamanei não é um Grande Ayatollah, não sendo considerado assim uma das mais altas entidades do Xiismo Duodecimano²⁵.

O Grande Ayatollah Hussein Ali-Montazeri, um dos possíveis sucessores de Khomeini e respeitado membro do clero, chegou a questionar a validade das credenciais espirituais e por consequência temporais do Líder Supremo. Montazeri alegou que Khamanei nunca completou o *resaleye amalie*, o equivalente a uma dissertação de doutoramento para estudantes religiosos Xiitas. Montazeri refere que para passar do nível intermédio, na hierarquia religiosa, para o nível superior são necessários 20 anos. Mas Khamanei passou

²⁴ COSTA, *op. cit.*, pp. 274-277

²⁵ CRANE, Keith *et. al.*, *Iran's Political, Demographic, and Economic Vulnerabilities*, Santa Monica: RAND, 2008, p. 10



de *hojatoleslam* a *Ayatollah* em apenas 3 meses, antes de ser apontado como líder supremo.²⁶ São no entanto os membros do Clero pertencentes à Assembleia de Peritos e ao Conselho dos Guardiões (os) que apoiam e conferem a legitimidade necessária a Ali Khamanei, mantendo assim o sistema do *Velayat-e-Faqih*, e maximizando assim também a sua influência institucional dentro do regime²⁷.

O Líder Supremo, Ayatollah Ali khamanei, continua a ser o actor político mais poderoso e relevante no Irão. É um facto que não toma decisões políticas por si só, no entanto as decisões mais importantes não são tomadas sem o seu consentimento. No entanto, a mediatização e popularidade do Faqih não iguala o seu antecessor e desde Khatami o seu papel é também ofuscado pela mediatização do Presidente da República Islâmica do Irão. Para a maioria dos jovens, e 2/3 da população iraniana tem uma idade abaixo dos 33 anos, o Líder Supremo é considerado apenas um acessório, quando comparado com o seu antecessor, Khomeini, ou com Khatami ou Ahmadinejad²⁸.

Porém, formal ou informalmente, o Líder Supremo continua o actor chave do regime. Quando Khomeini juntamente com outros revolucionários criaram um novo sistema político no Irão, pretenderam preservar o país da habitual intromissão de potências estrangeiras. Assim foi criado um sistema de “equilíbrio suspenso”²⁹, ou seja, um sistema de *checks and balances* que promove uma “barricada constitucional” em torno do *Faqih*, e que não permite que outra instituição ou facção política ultrapasse o poder político detido pelo Líder Supremo. Assim o equilíbrio existente entre todas as outras instituições do regime, favorece a supremacia institucional do Faqih. No entanto, o papel dos Guardas da Revolução e a sua crescente influência dentro do regime poderá estar a colocar em causa o referido sistema³⁰.

²⁶ JAVENDAFAR, Meir, *Filling Montazeri's Shoes In Iran*, in Council of Foreign Relations, [<http://www.cfr.org/publication/21040/guardian.html>], Consultado em 28 de Abril de 2010

²⁷ CRANE, *op. cit.*, p. 11

²⁸ SADJAPOUR, Karim, *Reading Khamanei: The World View of Iran's Most Powerful Leader*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2008, p. 1

²⁹ THALER, *op. cit.*, p. 37

³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 37



Desde a morte de Khomeini assistiu-se à emergência de múltiplos centros de poder no regime, criando assim uma vasta rede de personalidades que o detém em diversos campos, como o económico, religioso, político ou social. No entanto, o Líder Supremo não deixou de estar no centro de uma vasta rede de poder, em que se verifica que quem está mais próximo do *Faqih* consegue um melhor posicionamento no sistema político e uma maior influência dentro do próprio regime³¹.

Apesar de a tónica estar num poder formal negativo, mais de bloqueio de políticas do que ter o poder de iniciativa nas mesmas, a verdade é que o Líder Supremo mantém-se como o centro do poder do regime político iraniano, muitas vezes acentuado pelo seu poder informal e pela rede de influências criada à sua volta³². O carisma e a legitimidade académica e religiosa do *Faqih* poderão também acentuar ou diminuir a projecção de poder do Líder Supremo, sem no entanto colocar em causa o seu papel enquanto *locus* de poder do regime. O *Velayat-e-Faqih* enquanto regime político pressupõe o Líder Supremo como o actor mais relevante e influente dentro do mesmo, se o contrário acontecer estaremos a assistir a uma mudança de regime.

O Conselho dos Guardiões

O Conselho dos Guardiões é um órgão institucional composto por doze juristas que avaliam as decisões tomadas nos *Majlis*, a Assembleia Nacional, em conformidade com a lei islâmica e com a Constituição Iraniana. Esta instituição poderá assim ratificar ou enviar as leis de volta aos *Majlis* para serem alteradas. O Conselho detém também a autoridade para determinar quem tem os atributos e qualificações necessárias para se candidatar a Presidente da Assembleia Nacional. O Líder Supremo nomeia metade dos juristas do Conselho, e a outra metade é

³¹ IDEM, *Ibidem*, p. 38

³² IDEM, *Ibidem*, p. 38



nomeada pelos *Majlis* por recomendação do Poder Judicial. O mandato dos membros do Conselho dos Guardiões é de seis anos³³. O actual Presidente do Conselho dos Guardiões é o Ayatollah Ahmad Jannati³⁴.

O artigo 99º da Constituição garante ao Conselho dos Guardiões uma supervisão total das eleições para os *Majlis* para a Assembleia de Peritos e para a Presidência. De facto, o Conselho tem o poder de moldar as eleições de tal modo que os eleitores acabam por votar uma lista de candidatos que não sofreram o veto desta instituição, estando desta forma em sintonia com as visões do Líder Supremo e do próprio Conselho. Os potenciais candidatos são assim analisados segundo as suas convicções islâmicas e lealdade ao regime³⁵.

Tem assim existido alguma controvérsia acerca dos poderes do Conselho dos Guardiões, especialmente no que diz respeito ao *nizarate-e estisvabi*, ou “supervisão probatória”.³⁶ Este órgão institucional poderá assim funcionar com um dos principais motores políticos no Irão. Tomando como exemplo a eleição para a Assembleia de Peritos, entre 1996 e 2006, a rejeição dos candidatos com base na “supervisão probatória” aumentou 54%.³⁷

As sucessivas tentativas de alguns reformistas em alterar o poder de veto do Conselho, não têm tido sucesso. Exemplo disso foi a recusa de 1000 candidatos (incluindo todos os candidatos do sexo feminino) nas eleições presidenciais de 2005.³⁸ Nas últimas eleições, em 2009, a oposição liderada por Mir-Houssein Moussavi, juntamente com alguns conservadores, acusou o Conselho dos Guardiões de favorecer Mahmoud Ahmadinejad³⁹.

³³ CRANE, *op. cit.*, p. 11

³⁴ KATZMAN, Kenneth, *Iran: U.S. Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Services, June 11, 2010, [<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL32048.pdf>], Consultado em 29 de Junho de 2010, p. 2

³⁵ THALER, *op. cit.*, p. 29

³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 30

³⁷ ARJOMAN, Saïr A., *After Khomeini: Iran Under His Successors*, Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 44

³⁸ THALER, *op. cit.*, p. 31

³⁹ TAIT, Robert; Tran, Mark; *Mousavi defies crackdown and accuses opponents of an 'evil conspiracy'*, in The Guardian Online, 25 June 2009, [<http://www.guardian.co.uk/world/2009/jun/25/iran-president-ahmadinejad-warns-obama>], Consultado em 29 de Abril de 2009



A interpretação da sua própria função dentro do regime encaminhou o Conselho no sentido de se tornar mais um órgão de supervisão, que em nada contribui para o *institution building* do país, em desfavor do seu carácter judicial. Aliás, ao contrário do que aconteceu entre 1980 e 1988, todas as decisões do Conselho tinham um suporte jurídico e uma argumentação racional, isto quando o Ayatollah Safi era secretário da referida instituição. Desde 1988 existe uma grande ausência de jurisprudência que emana desta instituição, quando comparada com outros Tribunais Constitucionais⁴⁰.

A crescente preponderância e influência do Conselho no resultado das eleições reforça assim o dualismo do regime político iraniano, simultaneamente uma teocracia e uma república, embora sejam normalmente as características teocráticas do regime a prevalecer.

O Conselho de Arbitragem

O Conselho de Arbitragem foi fundado por Ayatollah Khomeini em Fevereiro de 1988, conferindo duas responsabilidades fundamentais a esta instituição: arbitrar os diferendos entre o Conselho dos Guardiões e a Assembleia Nacional, os *Majlis*; e aconselhar o Líder Supremo⁴¹.

O Conselho de Arbitragem foi particularmente importante durante os anos de 1988/89, no final da Guerra Irão-Iraque, período onde foi necessária a aprovação de muitas “leis de emergência”, dada a necessidade de reconversão de uma economia de guerra para uma economia em tempo de paz. Com a morte de Khomeini e a notoriedade da Presidência Rafsanjani, o Conselho ficou secundarizado nos anos seguintes. Em Março de 1997, Ali Khamanei decidiu

⁴⁰ ARJOMAN, *op. cit.*, p. 44

⁴¹ ICG, *Iran: The Struggle for the Revolution's Soul*, ICG Middle East Report N°5, 5 August 2002, [[http://www.dr.soroush.com/PDF/E-CMO20020805THE_STRUGGLE_FOR_THE_REVOLUTIONS_SO UL.pdf](http://www.dr.soroush.com/PDF/E-CMO20020805THE_STRUGGLE_FOR_THE_REVOLUTIONS_SOUL.pdf)], Consultado em 29 de Abril de 2010, p. 7



nomear Rafsanjani como líder da referida instituição, ganhando de novo notoriedade no sistema político iraniano, e contra-balançando o ímpeto reformista do recém-eleito Khatami. O então líder do Conselho de Arbitragem decidiu criar comités especiais, funcionando em paralelo com o governo nas áreas como a cultura, segurança, economia e comércio, e até no plano judicial⁴².

Os membros do Conselho de Arbitragem são apontados pelo *Faqih* por 5 anos. Actualmente são liderados por Rafsanjani, sendo composto por 35-40 membros permanentes e temporários que representam as variadas facções do espectro político iraniano, assim como membros do governo e clérigos pertencentes ao Conselho dos Guardiões. Os membros temporários que representam variados ministérios e alguns Majlis são chamados apenas quando questões relacionadas com o Conselho de Jurisdição são analisadas. Após a eleição de Ahmadinejad em 2005, Ali Khamanei garantiu ao Conselho de Arbitragem a supervisão sobre os 3 ramos do poder do sistema político iraniano, incluindo ao nível da política externa, presumivelmente com o objectivo de limitar Ahmadinejad neste campo.⁴³ O Conselho de Arbitragem parece assim reforçar o poder e a influência do Líder Supremo no plano institucional do sistema político iraniano.

O Conselho Supremo de Segurança Nacional

O Conselho Supremo de Segurança Nacional (CSSN), *Shura-e Amniat-e Melli*, é um órgão subsidiário do Presidente da República Islâmica do Irão. O artigo 176º da Constituição determina as suas funções que passam pela salvaguarda do interesse nacional iraniano e preservação da Revolução Islâmica. Assume neste sentido três responsabilidades fundamentais: “1) Determinar políticas de defesa e segurança nacional, dentro da estrutura geral das políticas estabelecidas pelo Líder Supremo; 2) Coordenação de actividades em áreas relacionadas com a política,

⁴² IDEM, *Ibidem*, p. 7

⁴³ THALER, *op. cit.*, p. 31



intelligence, e as áreas cultural e económica no que diz respeito a políticas de segurança e defesa; 3) Exploração dos recursos materiais e intelectuais do país para fazer face a ameaças exteriores ou domésticas”⁴⁴.

O CSSN foi criado em 1988, com base no Conselho Supremo de Defesa Nacional, encontrando suporte jurídico para o seu enquadramento no plano institucional iraniano na revisão constitucional de 1989. Para além do Presidente, encontram-se entre os seus membros os Ministros dos Negócios Estrangeiros, do Interior, da *Intelligence*, altas patentes dos Guardas da Revolução e das Forças Armadas Tradicionais, líderes dos ramos político e legislativo, e dois representantes pessoais do Líder Supremo⁴⁵.

Existe fluidez nos membros do CSSN, tendo em conta que estes são chamados para oferecer o seu parecer mediante o assunto em questão. Considerando como exemplo a área do programa nuclear iraniano, estão envolvidos no CSSN, Rafsanjani, Larijani (antigo líder das negociações relativas ao programa nuclear e antigo secretário do CSSN), actualmente Director da Organização da Energia Atómica do Irão, e Ali Akbar Velayati e Khamal Kharrazi, conselheiros especiais do Líder Supremo, no âmbito das Relações Internacionais. De acordo com Larijani, o Conselho Supremo de Segurança Nacional ocupa actualmente 20% do seu tempo em questões relativas à nuclearização do Irão⁴⁶.

As decisões do CSSN, uma vez aprovadas pelo Líder Supremo, tornam-se decisões consensuais, estando prescritas futuras discussões sobre o mesmo tópico e sendo automaticamente a imprensa informada sobre o fim desta discussão. Desde a Presidência Ahmadinejad, o CSSN não se limita a avisar a imprensa sobre o fim da discussão de um determinado tópico, mas estabelece linhas de orientação editoriais sobre como tratar o assunto nuclear⁴⁷.

O CSSN assume-se assim como um importante órgão de influência no processo de decisão política dentro do regime político iraniano. O seu peso

⁴⁴ IRÃO, *Constitution of the Islamic Republic of Iran*, [http://www.alaviandassociates.com/documents/constitution.pdf], Consultado em 11 de Dezembro de 2009, p. 44

⁴⁵ THALER, *op. cit.*, p. 32

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 32

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 32



aumenta consideravelmente nas questões relativas à política externa e diplomacia. Hasan Rowhani, ex-secretário do CSSN, era o director das negociações nucleares na União Europeia, e viajava também pelo Kuwait, o Iémen, os Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, estabelecendo um protocolo de cooperação contra o terrorismo e o crime organizado entre o Irão e os referidos Estados árabes. Apesar do Director do CSSN ser o Presidente, o Líder Supremo detém também um lugar neste órgão institucional sendo fundamental o seu parecer em questões de divergência política interna e entre as diversas agências de segurança do país⁴⁸.

É ainda relevante referir a existência de um órgão no campo da Política Externa, Segurança e Defesa, não mandatado constitucionalmente, criado por Ali Khamanei, e que serve não só de aconselhamento ao Líder Supremo mas também ao Presidente e Governo da República Islâmica, O Conselho Estratégico para as Relações Internacionais⁴⁹.

Em ambos os órgãos institucionais, formal ou informalmente, parece ser o Líder Supremo a ter a última palavra a dizer, ou seja, a influenciar o parecer dado por um dos órgãos institucionais mais influentes no âmbito da Segurança, Defesa e Política Externa. Reforçando assim mais uma vez as características teocráticas e não democráticas do regime.

As Forças Armadas Iranianas

As Forças Armadas são os pilares institucionais fundamentais ao nível da Segurança e Defesa na República Islâmica do Irão. Com a Revolução Islâmica de 1979, observou-se a emergência de duas forças militares que funcionam ora em complementaridade, ora em competição, o que originou a separação permanente entre as mesmas.

⁴⁸ CRANE, *op. cit.*, pp. 14-15

⁴⁹ THALER; *op. cit.*, p. 33



A Constituição iraniana formaliza a nível jurídico a existência de duas forças militares que estão sob o Comando do Líder Supremo. No artigo 143º são estabelecidas as competências das forças militares regulares: “As Forças Armadas da República Islâmica do Irão são responsáveis pela salvaguarda da independência e da integridade territorial do país, assim como a ordem na República Islâmica”.⁵⁰ O artigo 144º aponta para a necessidade da islamização das Forças armadas e a adaptação das mesmas à ideologia do novo regime instituído: “As Forças Armadas da República Islâmica do Irão têm de ser Forças Armadas Islâmicas, i.e., comprometidas com a ideologia Islâmica e o povo, e terão de recrutar indivíduos que observem a fé nos objectivos da Revolução Islâmica e que se dediquem à concretização dos objectivos da mesma.”⁵¹ O carácter permanente do Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica (IRCG) é selado pelo artigo 150º da Constituição: “O Corpo dos Guardas da Revolução Islâmica, organizado nos primeiros dias do triunfo da Revolução, será preservado para poder continuar a desempenhar o seu papel de guardião da revolução e das suas conquistas. A amplitude dos deveres deste Corpo militar, e as suas áreas de responsabilidade, em relação às responsabilidades e deveres das outras Forças Armadas, são determinados pela lei, enfatizando a cooperação entre irmãos e a harmonia entre as mesmas”⁵².

As forças militares regulares, ou *Artesh*, não participaram na Revolução que deu origem ao derrube do Regime do Xá. Este facto originou a execução, a deserção, e reformas antecipadas do antigo corpo de oficiais⁵³. Aliás, devido ao enriquecimento dos oficiais militares à custa do negócio da compra de armas aos norte-americanos durante o período que decorre entre 1972 e 1978, as forças militares regulares foram alvo da “purificação” soprada pelos ventos revolucionários iranianos. O próprio sobrinho do Xá, Mohammed Khatemi,

⁵⁰ IRÃO, *op. cit.*, p. 38

⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 38

⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 38

⁵³ BYMAN, Daniel, et al. *Iran's Security Policy in the Post-Revolutionary Era*, Santa Monica: RAND, 2001, p. 32



Comandante da Força Aérea, enriqueceu à custa dos milhões que provinham das comissões que resultavam da compra de material bélico⁵⁴.

No dia 15 de Abril de 1979, na cidade santa de Qom, Ayatollah Khomeini discursou para os soldados iranianos acerca da transformação das Forças Armadas desde a Revolução: “As nossas Forças Armadas de hoje, não são Forças Armadas satânicas mas Forças Armadas de Maomé. Devem ouvir os vossos superiores. Expulsar aqueles que causam a separação entre vós: a protecção do país depende da existência de ordem dentro das Forças Armadas. Nós somos os vossos apoiantes, vocês são os nossos apoiantes e a nação é a apoiante de todos”⁵⁵.

O Regime instituído por Khomeini apercebeu-se que a única via para o sucesso da Revolução seria a incorporação dos militares na estrutura de poder do país. Assim observou-se, no período inicial da Revolução, não só a perseguição ao corpo oficial das Forças Armadas, maioritariamente Monárquico e apoiante do Xá, mas também um processo de Islamização das Forças Armadas.

Os oficiais Monárquicos eram assim substituídos por oficiais “ideologicamente puros”, tendo sido as Forças Armadas usadas como um instrumento de consolidação do novo Regime. Foi nesta fase da Revolução que surgiu o IRGC, como um braço armado do Regime, concretizando assim os objectivos políticos e ideológicos da Revolução⁵⁶.

A aproximação entre o regime teocrático iraniano e as Forças Armadas solidificou-se através de uma guerra travada em nome da sobrevivência nacional, executada ainda com o armamento e a perícia militar do anterior regime, durante a Guerra Irão-Iraque que decorreu entre 1980 e 1988.⁵⁷

Depois de ficar com o seu arsenal militar consideravelmente reduzido devido aos esforços exigidos pelo referido conflito bélico, a elite política iraniana

⁵⁴ COSTA, *op. cit.*, pp. 289 - 290

⁵⁵ KHOMEINI, Ruhollah; “*Khomeyni Addresses Soldiers At Farahabad, Lashkarak Barracks*” in ROBERTS, Mark; *Khomeini's Incorporation of the Iranian Military*, National Defense University, MacNair Paper 48, Janeiro de 1996. [kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/23563/.../en/mcnair48.pdf], Consultado em 14 de Dezembro de 2009, p. 37

⁵⁶ ROBERTS, Mark, *Khomeini's Incorporation of the Iranian Military*, National Defense University, MacNair Paper 48, Janeiro de 1996, [kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/23563/.../en/mcnair48.pdf], Consultado em 14 de Dezembro de 2009, p. 4

⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 4



pretendeu preparar as Forças Armadas iranianas para os prováveis desafios que o país poderá enfrentar no século XXI, e.g., a re-emergência do Iraque como potência regional, uma possível aliança israelo-turca, conflitos internos nos Estados do Sul do Golfo, ou a desagregação do Afeganistão. Perante estes desafios, o Irão conta com um orçamento reduzido ao nível da defesa (cerca de \$5 mil milhões de USD por ano) comparando com as outras potências regionais⁵⁸.

Quanto à capacidade militar iraniana, no ano de 2009, as Forças Armadas contavam com 523 000 efectivos no activo (O IRGC observa nas suas fileiras cerca de 125 000 efectivos adicionais). Em 2004, o Exército foi dividido em quatro corporações, com quatro divisões armadas e seis divisões de infantaria. Ao dispor do Exército contam-se 1600 tanques de guerra, 100 produzidos a nível local, os outros têm origem britânica, norte-americana ou soviética, todos capturados aos iraquianos ou adquiridos à Coreia do Norte ou à China⁵⁹.

Ao nível balístico, o Irão mostrou na parada militar de 2007, relativa às celebrações do aniversário da Guerra Irão-Iraque, os mísseis Shabab 3 com capacidade de atingir Israel e bases militares americanas na região⁶⁰.

A Marinha conta com 18000 efectivos, o seu Quartel-general localiza-se em Bandar-e Abbas, embora o material bélico disponível, maioritariamente de origem russa se encontre obsoleto. A Força Aérea conta com 30000 efectivos, equipamento de origem russa ou norte-americana, 319 aviões de combate (F14 e MIG-29), de operacionalidade reduzida⁶¹.

O IRGC e as Forças Armadas regulares não partilham o mesmo Exército, Marinha e Força Aérea. Os dois ramos militares competem assim por fundos, equipamentos e influência sobre o poder político. Os *Artesh* assumem como principal missão a defesa da República Islâmica do Irão contra potenciais ameaças externas. Os *Pasdaran* (IRGC), para além de auxiliar as Forças Armadas

⁵⁸ BYMAN, *op. cit.*, p. 31

⁵⁹ REUTERS, *How big is Iran's military?*, 28 September 2009, [<http://uk.reuters.com/article/idUKB222848>], Consultado em 29 de Janeiro de 2010

⁶⁰ IDEM, *Ibidem*.

⁶¹ IDEM, *Ibidem*.



Regulares contra qualquer ameaça provinda do exterior, têm como principal missão, a salvaguarda da segurança interna e da sobrevivência do regime⁶².

Os protestos pós-eleitorais de 2009 não resultaram numa revolução, em parte devido à protecção conferida ao Regime pelo IRGC e pela instituição para-militar subsidiária, os *Basij*. No entanto, a importância e influência crescente dos *Pasdarán* gera o descontentamento e o desconforto dos oficiais das Forças Armadas regulares. Até à data, os militares tradicionais observam de forma passiva os protestos anti-regime, não existindo assim uma oposição activa e organizada dos *Artesh* contra o regime instituído em 1979.⁶³

Observa-se assim uma “bifurcação” das Forças Armadas, que na generalidade funcionam mais num plano de competição institucional, raramente em harmonia. Apesar da islamização dos *Artesh* durante o período inicial da Revolução, as Forças Armadas regulares preocupam-se mais em defender a Nação Iraniana contra ameaças externas do que em defender o Regime face a ameaças externas ou internas, a missão desempenhada pelos *Pasdarán*, funcionando assim este ramo das Forças Armadas numa lógica político-ideológica, consequentemente observando assim um crescendo de influência e poder dentro do regime teocrático iraniano.

O Poder Judicial

A Constituição de 1979 estabeleceu o poder judicial como um poder independente encarregado da aplicação da lei islâmica. Outro propósito formal

⁶² CRANE, Keith *et. al.*, *Iran's Political, Demographic, and Economic Vulnerabilities*, Santa Monica: RAND, 2001, p. 13

⁶³ SEIB, Gerald F., *Change Lies in Iran's Institutions*, in *Wall Street Journal Online*, 30 de Junho de 2009, [<http://online.wsj.com/article/SB124629706016868931.html>], Consultado em 29 de Janeiro de 2010



deste órgão institucional é a nomeação de seis membros laicos do Conselho dos Guardiões⁶⁴.

O chefe do Poder Judicial é nomeado pelo Líder Supremo, que por sua vez nomeia o chefe do Tribunal Supremo e o Procurador-Geral. Os tribunais públicos lidam com processos civis ou criminais. Os tribunais "Revolucionários" tratam outras categorias de crimes, incluindo crimes contra a segurança nacional e tráfico de droga. As decisões proferidas nos tribunais revolucionários são definitivas e não podem ser objecto de recurso. O "Tribunal Clerical Especial" (TCE) analisa crimes alegadamente cometidos por religiosos, embora possa julgar casos que envolvam leigos. As decisões do TCE, que funciona independentemente do quadro judicial comum e responde apenas perante o Líder Supremo, também são definitivas e não podem ser objecto de recurso⁶⁵.

O Artigo 156º da Constituição prevê um sistema judicial independente. De acordo com os artigos 157º e 158º, o mais alto cargo judicial é o Conselho Superior de Justiça que é composto por cinco membros que servem durante cinco anos. O Conselho Superior de Justiça é constituído por três clérigos escolhidos por juristas religiosos, pelo chefe do Tribunal Supremo de Justiça e o Procurador-Geral, sendo que ambos devem ser *Mujtahids Shia* (membros do clero, cuja erudição demonstrada na lei religiosa, concedeu-lhes o privilégio da interpretação das leis). As responsabilidades do Conselho Superior da Justiça incluem o estabelecimento dos serviços competentes do Ministério da Justiça para lidar com crimes da área civil e criminal, preparar projectos de lei relacionados com o poder judiciário e fiscalizar a nomeação dos juízes. O artigo 160º prevê também que o Ministro da Justiça deve ser escolhido entre os candidatos que tenham sido recomendados pelo Conselho Superior de Justiça. O referido artigo constitucional refere ainda que o Ministro da Justiça é o responsável por todos os tribunais de todo o país⁶⁶.

⁶⁴ THALER, *op. cit.*, p. 31

⁶⁵ SIAL, Omar, *A Guide to the Legal System of the Islamic Republic of Iran*, March 2006, [http://www.nyulawglobal.org/globalex/iran.htm#_The_Judiciary], Consultado em 10 de Março de 2010

⁶⁶ IDEM, *Ibidem*



O artigo 161º prevê que o Supremo Tribunal é um tribunal de recurso que analisa as decisões dos tribunais inferiores para assegurar a sua conformidade com as leis do país e para assegurar a uniformidade da política judicial. O artigo 162º estipula que o Juiz do Supremo Tribunal deve ser um *Mujtahid* com experiência em questões judiciais. Em 1980, o Ayatollah Mohammad Beheshti foi nomeado por Khomeini como Juiz do Supremo Tribunal. Beheshti estabeleceu comités judiciais que reforçavam as leis islâmicas xiitas. Um dos códigos que resultou dos referidos comités foi a Lei da *Qisas*, aprovada pelos *Majlis* em 1982, um ano após a morte de Beheshti numa explosão de uma bomba. A Lei de *Qisas* dita que no caso de estarmos na presença de um crime violento, as famílias podem exigir a punição suprema, a morte. Outras leis estabeleciam penalidades para várias ofensas morais, tais como o consumo de álcool, a inobservância *hijab*, o adultério, a prostituição e outras relações sexuais ilícitas. As punições previstas nessas leis incluíam flagelações públicas, amputações e morte por apedrejamento no caso do adultério. Assim assistiu-se no período *post* revolucionário à “teocratização” do sistema judicial do país. Existindo um insuficiente número de clérigos seniores qualificados para ocupar os cargos judiciais do país, alguns ex-juízes civis que demonstraram a sua perícia na lei islâmica, mostraram-se dispostos a receber formação religiosa e foram autorizados a manter os seus postos. Na prática, porém, a islamização do poder judicial forçou a saída de metade dos juízes do tribunal civil⁶⁷.

O Chefe do Poder Judicial, nomeado por Ali Khamanei desde Agosto de 2009, é Ayatollah Sadeq Ardeshir Larijani, irmão de Ali Larijani. Isso permite ao Líder Supremo influenciar a composição da secção leiga do Conselho dos Guardiões, reforçando assim a sua influência sobre o veto dos candidatos aos actos eleitorais. O chefe do Poder Judicial trabalha em cooperação com o Ministro da Justiça (escolhido pelo Presidente que é responsável por todas as questões relativas à relação entre o poder judicial e os poderes executivo e legislativo. É assim de salientar a importância de dois cargos do poder judicial, um nomeado pelo Líder Supremo e outro pelo Presidente, o que poderá suscitar a sobreposição de

⁶⁷ IDEM, *Ibidem*



autoridade formal dentro do sistema e poderá consistir numa potencial fonte de fricção entre o Presidente e o *Faqih*⁶⁸.

Os Órgãos Electivos

O Presidente

A Constituição Iraniana de 1979 começou por ditar que o poder executivo estaria dividido entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. De facto, durante 10 anos, a liderança do executivo esteve a cargo do Primeiro-Ministro que, ao contrário do Presidente, não era eleito pela população iraniana. A ideia subjacente era que, através da referida divisão de poder, um presidente eleito não poderia minar a autoridade do Líder Supremo⁶⁹.

Com a revisão da Constituição em 1989, após Rafsanjani ter tomado posse na Presidência, o Gabinete do Primeiro-Ministro foi abolido e as suas funções foram transferidas para o Presidente da República Islâmica. Foi o poder e influência de Rafsanjani que sedimentou a alteração constitucional que reforçou os poderes e o papel do Presidente. A este respeito Bakhash, académico versado no Irão, comenta que Rafsanjani soube usar o poder “para consolidar a sua posição no Irão *post-Khomeini* e para neutralizar os adversários mais radicais, afastando-os do Governo e de outras posições de prumo na sociedade iraniana, ou ao invés, nomeando-os para o exercício de cargos alegóricos e de consultores, sem usufruírem de qualquer autoridade executiva”⁷⁰.

O Presidente é actualmente o Chefe de Governo, com poderes para nomear ou demitir Ministros; controlar a *Sazeman-e Barname va Buje*, a Organização de

⁶⁸ THALER, *op. cit.*, p. 31

⁶⁹ RAKEL, Eva Patricia, *Power, Islam and Political Elite in Iran – A Study on the Iranian Political Elite from Khomeini to Ahmadinejad*, Leiden: Brill, 2009, p. 36

⁷⁰ BAKHASH, Shaul, *in* COSTA, *op. cit.*, p. 559



Planeamento e Orçamento; nomear o Director do Banco do Central; e preside ao Conselho Supremo de Segurança Nacional. O Presidente só pode ser impugnado através de uma maioria de 2/3 no Parlamento. Pode também ser declarado “politicamente incompetente pelo Parlamento, e isso vai permitir ao Líder Supremo impugnar o Presidente. Formalmente, o Presidente, eleito por 4 anos, é o segundo membro mais forte da elite política. É responsável pelo campo económico e sócio-cultural, mas o poder de decisão ao nível da política externa é reduzido⁷¹.

Embora a autoridade do Presidente, quando comparada com a do Líder supremo, encontre limites constitucionais, as administrações Khatami (1997-2005) e Ahmadinejad (2005-presente) testaram os limites da autoridade presidencial. Khatami tentou promover uma maior abertura na vida política iraniana e na sociedade em geral. O Líder Supremo foi cauteloso com Khatami durante a sua presidência, resultado das profundas tensões entre o "poder religioso" e as aspirações reformistas de Khatami e de muitos dos seus seguidores. A tensão histórica entre o Gabinete do Líder Supremo e a Presidência aumentou significativamente durante a vigência da Administração Khatami. Esta tensão era evidente no parlamento durante as eleições dos Majlis em 2004, que observou a desclassificação de muitos candidatos reformistas pelo Conselho dos Guardiões, dominado pelos Conservadores, e cujos membros são nomeados pelo Líder Supremo. Em contrapartida, Ahmadinejad, que tem procurado influenciar o processo de tomada de decisão ao nível da política externa e nuclear do Irão, optou por uma relação mais estreita com o Líder Supremo. Khamenei favorece Ahmadinejad, conservador ao contrário de Khatami. O *Faqih* expressou o seu apoio a Ahmadinejad nas eleições presidenciais de 2005, nas eleições parlamentares de 2008, e durante a mais recente eleição presidencial. Por outro lado, os esforços reformistas de Khatami foram extremamente prejudicados pela oposição de Khamenei à agenda da presidência reformista. Da observação das diferenças entre os casos de Khatami e Ahmadinejad, salienta-se a importância dos vínculos pessoais e ideológicos na relação entre o Presidente e o Líder

⁷¹ RAKEL, *op. cit.*, p. 36



Supremo, resultando na capacidade ou incapacidade de um Presidente para concretizar a sua própria agenda⁷².

Embora a autoridade constitucional do Líder Supremo ultrapasse largamente a do Presidente, as duas instituições compartilham algumas responsabilidades. Este facto resultou numa possível concorrência institucional e por vezes nalgum impasse na definição de políticas. Por exemplo, embora o Líder Supremo seja o Comandante-Chefe das Forças Armadas e ofereça orientação estratégica global no processo de tomada de decisão e formulação de políticas, o Presidente poderá conduzir a formulação e implementação de políticas específicas ao nível doméstico e, em casos muito específicos, no âmbito da política externa. Apesar de o Líder Supremo ser o decisor final, o Presidente poderá ter ou não a agilidade de enquadrar o problema de tal forma que o Líder Supremo não encontrará outra opção que não seja a de apoiar a posição do Presidente.⁷³ Um bom exemplo desse facto é a afirmação do programa nuclear iraniano enquanto um direito nacional, por Ahmadinejad. A questão é apresentada como fundamental para a soberania e independência do Irão no seu quadro geopolítico, o que torna difícil qualquer bloqueio do *Faqih* em relação à política nuclear iraniana.

O Presidente tem a autoridade para escolher o Conselho de Ministros, mas o Parlamento deve primeiro aprovar os candidatos e tem o direito de impugnar os Ministros que julga terem um desempenho insatisfatório. Por exemplo, o Parlamento rejeitou diversos Ministros do primeiro mandato de Ahmadinejad, e.g., o importante Ministro do Petróleo, o que originou um enorme embaraço para o presidente e um sinal da independência do poder legislativo. Assim existe potencial sobreposição de autoridades e conflitualidade não só entre os *Majlis* e o Presidente, mas também com o Gabinete do Líder Supremo que se concentra fortemente em questões de segurança e política externa, áreas em que o Presidente tem gradualmente conquistado alguma influência institucional⁷⁴.

⁷² THALER, *op. cit.*, p. 26

⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 26

⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 27



Mahmoud Ahmadinejad foi o primeiro Presidente do Irão, desde a Revolução, que não era um membro do clero. Pertenceu à milícia *Basij* e aos Guardas da Revolução antes de ingressar na vida política⁷⁵. Este facto denota a crescente influência do IRGC no sistema político iraniano, extensível ao segundo cargo de maior importância na República Islâmica.

Os *Majlis* – A Assembleia Consultiva Islâmica

Os *Majlis* são eleitos pelos cidadãos iranianos, para um mandato de 4 anos, e estão sujeitos à fiscalização dos candidatos pelo Conselho dos Guardiões, à semelhança de outros órgãos institucionais electivos, e.g. o Presidente⁷⁶.

A Assembleia Consultiva Islâmica é composta por 290 membros e detém a autoridade constitucional para aprovar o orçamento do governo, legislar, ratificar tratados internacionais e examinar o desempenho do Presidente e os seus Ministros. Quando os *Majlis* fazem passar uma lei controversa onde seja questionável a sua constitucionalidade ou harmonia com os valores islâmicos, essa mesma lei fica sujeita à fiscalização por parte do Conselho dos Guardiões e em caso de conflito com este órgão institucional, será então analisada pelo Conselho de Arbitragem⁷⁷.

O Presidente da Assembleia Nacional do Irão tem a responsabilidade de articular a relação entre os *Majlis* e a Presidência. O antigo Presidente dos *Majlis*, Gholam-Ali Haddad-Adel, por ser parente de Khamanei através do casamento e apoiante de Ahmadinejad, não promoveu qualquer conflitualidade institucional entre os *Majlis* e a Presidência. O actual Presidente da Assembleia Consultiva Islâmica, Larijani, tem assumido uma posição muito mais crítica da actual

⁷⁵ SAIKAL, Amin, *A Hard-liner, for a Change Iran's President-elect*, International Herald Tribune, June 28, 2005.

⁷⁶ CRANE, *op. cit.*, p. 13

⁷⁷ THALER, *op. cit.*, p. 27



administração, especialmente no que toca à nuclearização do Irão.⁷⁸ No entanto, a maioria dos membros do Parlamento parecem dar maior importância e atenção aos assuntos locais e nacionais, são raras as ocasiões em que uma questão relativa à política externa iraniana ganha a atenção dos *Majlis*. Normalmente apenas 1/4 dos 290 membros da Assembleia Consultiva Islâmica tem interesse em debater e legislar sobre questões que ultrapassem a esfera local. Para além disso, o Líder Supremo tem uma última palavra a dizer, através do veto do Conselho dos Guardiões em relação aos candidatos a membros da Assembleia, assegurando assim a lealdade institucional dos *Majlis* ao *Faqih*⁷⁹.

As eleições que tiveram lugar em 14 de Março de 2008 foi o oitavo acto eleitoral relativo aos *Majlis* realizado desde a implantação da República Islâmica em 1979. Dada a extensão da desqualificação dos candidatos reformistas, a questão fundamental nestas eleições era perceber até que ponto conseguia ser o sucesso dos Reformistas e dos Conservadores mais pragmáticos, críticos de Ahmadinejad, perante a fiscalização dos candidatos levada a cabo pelo Conselho dos Guardiões. Os resultados sugerem que, apesar da vitória conservadora, os reformistas saíram-se melhor do que o esperado, observando novas divisões dentro da corrente conservadora e aumentando assim as hipóteses de os *Majlis* virem a desempenhar um papel mais activo perante o governo de Ahmadinejad⁸⁰.

Nas eleições iranianas continuam coloridos e apaixonados exercícios de competição entre as elites políticas iranianas. Os actos eleitorais representam também importantes momentos reveladores quanto ao plano circunstancial da política iraniana. Nestas últimas eleições dos *Majlis*, o ponto central da concorrência entre as elites políticas passou da antiga disputa entre o reformismo e o conservadorismo para a disputa entre os conservadores pragmáticos e os

⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 27

⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 28

⁸⁰ FARHI, Farideh, *Iran's 2008 Majlis Elections: The Game of Elite Competition*, in Middle East Brief – Breis University, N° 29, May 2008, [<http://www.brandeis.edu/crown/publications/meb/MEB29.pdf>], Consultado em 5 de Maio de 2010, p.1



idealistas. Sendo que esta configuração dos *Majlis* só faz sentido apenas com a presidência de Ahmadinejad e as suas políticas como pano de fundo⁸¹.

A Assembleia de Peritos

A Assembleia de Peritos é um órgão institucional composto por 86 clérigos, todos previamente fiscalizados pelo Conselho dos Guardiões, eleitos por voto popular para mandatos de oito anos. O artigo 107º da Constituição iraniana prevê que a Assembleia de Peritos tem a responsabilidade de escolher o Líder Supremo e também de impugnar o mesmo, embora isso nunca tenha acontecido.⁸²

A Assembleia de Peritos actua como um órgão representativo, com o objectivo de democratizar o papel do Líder Supremo, a figura com mais poder no regime político iraniano. Por conseguinte, a Assembleia de Peritos é muitas vezes identificada como uma fonte de legitimidade, através da eleição indirecta do *Faqih*. No entanto, o facto de o Conselho dos Guardiões, órgão de grande influência do Líder Supremo, supervisionar e fiscalizar a legitimidade dos candidatos da Assembleia de peritos, anula a democraticidade que se tentou imprimir à instituição do Jurista Supremo, através da criação de um órgão institucional com as características da Assembleia de Peritos⁸³.

O actual Presidente da Assembleia de Peritos é Ali Rafsanjani, veterano da política iraniana e um dos homens mais influentes do regime. Pela natureza das suas funções dos membros da referida instituição, exige-se que todos sejam peritos na *fiqh*, ou jurisprudência islâmica. Assim como seria expectável, a maioria dos membros da Assembleia de Peritos são religiosos e socialmente conservadores. As reuniões da Assembleia não obedecem a uma calendarização

⁸¹ IDEM, *Ibidem*, p. 6

⁸² IRÃO, *op. cit.*, p. 29

⁸³ ABDOH, Ehsan *et. al.*, *Understanding Iran's Assembly of Experts*, Policy Brief 1, November 2006, Centre for Iranian Studies, Durham University, [<http://www.dur.ac.uk/resources/iranian.studies/Policy%20Brief%201.pdf>], Consultado em 28 de Maio 2010, p. 5



rigorosa e as suas deliberações são tomadas à porta fechada, com algum secretismo. Sendo assim, esta instituição nunca publicou qualquer relatório ou documento público. Os seus membros reúnem-se normalmente em Teerão, pelo menos uma vez por ano, durante dois dias. Normalmente são convocadas reuniões consultivas em situações de crise. A Assembleia de Peritos é considerada um pilar formal da ordem política iraniana pelo seu poder de impugnação do Líder Supremo se este não executar as suas obrigações de forma satisfatória ou não satisfazer os critérios constitucionais para a sua eleição. No entanto, como foi referido, este poder não passa de um exercício teórico, pois não foi ainda utilizado⁸⁴.

Em Shiraz, o Ayatollah Seyyed Mohammad Ali Datsgheib, possível sucessor de Montazeri na oposição a Khamanei, foi especialmente crítico da Assembleia de Peritos (do qual ele é membro) por esta instituição ter permanecido em silêncio durante a crise pós-eleitoral, questionando ainda a validade do Gabinete do Líder Supremo e do próprio. Isso levou a que um pequeno número de membros do clero chegados a Khamanei fizesse circular uma petição solicitando a expulsão de Datsgheib da Assembleia de Peritos.⁸⁵

Apesar da sua importância formal, a Assembleia de Peritos não é um actor tradicionalmente activo no regime político iraniano.⁸⁶ Ao apontar Khamanei como Líder Supremo, funcionou mais como uma instituição que zelou pelas intenções de Ayatollah Khomeini acerca do seu sucessor do que uma instituição independente e influente no processo de tomada de decisão.

⁸⁴ THALER, *op. cit.*, p. 28

⁸⁵ SHAFARAEI, Masoud, *Iran Faces Down Its Grand Ayatollahs*, World Politics Review, 12 Jan 2010, [<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/4928/iran-faces-down-its-grand-ayatollahs>], Consultado em 10 de Fevereiro de 2010

⁸⁶ THALER, *op. cit.*, p. 29



A disputa pelo poder entre as elites políticas iranianas

A Rivalidade entre as Facções Políticas Iranianas desde 1979

Ainda que as decisões políticas e religiosas do Irão estejam firmemente sob o controlo do Líder Supremo, o panorama político e religioso do país não é de maneira alguma uniforme. É composto por muitas facções que representam a diversidade presente na sociedade iraniana e diversas perspectivas ideológicas. As facções políticas iranianas podem ser divididas em três categorias gerais: Conservadora, Reformista e Esquerda Radical, e os Pragmatistas⁸⁷.

Os diferentes conceitos e ideias acerca de aspectos económicos, sócio-culturais e até relacionados com a política externa iraniana, resultam num plano de rivalidade entre as referidas facções políticas pelo poder. Esta rivalidade pelo poder desenvolveu-se de maneira diferente dependendo do plano político circunstancial de um determinado momento. Assim podem ser distinguidas quatro fases: 1) de 1979 até 1989, 2) de 1989 até 1997, 3) de 1997 até 2005, 4) de 2005 até a actualidade. Cada fase coincide com a emergência e o declínio de diversas facções em relação ao poder, coincide também com mudanças na composição da elite política e daqueles que controlam importantes cargos nas instituições do regime político iraniano. E relacionado com estes dois aspectos, as mudanças na formulação de políticas no que diz respeito a assuntos económicos, sócio-culturais e também no campo da política externa⁸⁸.

Durante a primeira fase, a luta pelo poder foi levada a cabo pelas duas facções com mais simpatizantes à época, os Conservadores e a Esquerda Islâmica. Durante os anos oitenta emergiu da ala Conservadora, uma nova facção, os Pragmatistas. Os anos noventa fabricaram uma nova fase na luta pelo poder entre as diversas facções com a emergência dos Reformistas, provenientes na sua

⁸⁷ CRANE, *op. cit.*, p. 19

⁸⁸ RAKEL, *op. cit.*, pp. 48-49



maioria da Esquerda Islâmica, deixando esta última de existir no espectro político iraniano. Em 2005, surgiu uma divisão entre os Conservadores, surgindo assim os Neo-conservadores, que subiram ao poder com Mahmoud Ahmadinejad⁸⁹.

No centro da esfera dos poderes informais da República Islâmica do Irão estão as facções políticas iranianas, que são transversais às instituições do Estado e outras instituições subsidiárias, desde o chefe e membros do Governo ou instituições estatais, a associações políticas e religiosas, fundações, organizações paramilitares, e aqueles indivíduos que directa ou indirectamente participam no processo de tomada de decisão política no Irão ou têm um discurso de alguma maneira ideológico. Apesar das três facções políticas serem, sem excepção, pró República Islâmica, diferem nas suas posições acerca do tipo de políticas que se devem aplicar perante um determinado problema. No entanto é importante referir que embora se considere que as suas divergências acerca de assuntos socioculturais, económicos ou política externa resultem de diferenças ideológicas, a verdade é que as mesmas são consequência dos interesses materiais, defesa e poder das próprias facções. Especialmente no caso da facção Conservadora, que receia perder o controlo das instituições económicas e das organizações de segurança. O poder económico das diferentes facções resulta das suas variadas fontes financeiras. Enquanto os Pragmatistas e os Reformistas dependem de fontes económicas oficiais ou do Estado, no caso dos Conservadores, recebem a maioria das suas receitas através de fontes religiosas e fundações, fora do âmbito das receitas que provêm de instrumentos fiscais do Estado. Assim, a facção Conservadora tem os instrumentos políticos e financeiros para manter uma posição dominante na vida política e económica do país⁹⁰.

No que diz respeito aos quatro períodos de análise da luta pelo poder entre as diversas facções políticas iranianas, observamos que de 1979 até 1989, a rivalidade existia fundamentalmente entre os Conservadores e a Esquerda Islâmica. Logo a seguir à revolução, o Ayatollah Khomeini eliminou as forças seculares e islâmicas liberais do poder. A Esquerda islâmica tornou-se dominante

⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 49

⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 65



e seguiu uma política baseada no estatocentrismo, uma política económica igualitária e na exportação da Revolução Islâmica⁹¹.

De 1989 até 1998, a rivalidade pelo poder foi discutida entre a facção conservadora, a Esquerda Islâmica e os Pragmatistas. Estes últimos surgiram de uma divisão entre os Conservadores. Durante a presidência de Hashemi Rafsanjani, a facção relativa à Esquerda Radical desapareceu gradualmente do poder. No período logo a seguir à morte de Khomeini, o novo Líder Supremo Ali Khamanei não tinha o mesmo carisma que o seu antecessor, assim o Presidente Rafsanjani lançou novas linhas de orientação e princípios na República Islâmica do Irão, seguindo-se um período de liberalização económica e social. A facção Conservadora deu as boas-vindas à liberalização económica, especialmente através dos *bazaaris*, mas opôs-se à atitude liberal de Rafsanjani no que diz respeito a assuntos socioculturais, e a uma visão pragmática da política externa. Quanto à Esquerda Islâmica, apoiava a visão sociocultural de Rafsanjani, mas não a sua visão quanto à política externa e assuntos económicos⁹².

Entre 1997 e 2005, a rivalidade pelo poder acontecia entre a facção Conservadora, a facção Pragmatista e a facção Reformista. Esta última emergiu da Esquerda Islâmica que deixou de existir a partir desse momento. Foi através da eleição do Presidente Mohammad Khatami que a facção Reformista se tornou institucionalizada. Entre os planos do Presidente Khatami estava a garantia da existência de um Estado de Direito e uma estratégia no sentido de retirar a República Islâmica da crise económica. Durante a sua presidência, assuntos como a democracia ou a sociedade civil foram debatidos e o sistema político da República Islâmica do Irão, baseado no princípio do *Velayat-e Faqih*, foi questionado por intelectuais religiosos e leigos. No entanto, as promessas eleitorais de Khatami não conseguiram ser cumpridas e perdeu o apoio da população iraniana. A facção Conservadora receou perder o seu poder dentro do regime e apoiou Mahmoud Ahmadinejad nas eleições presidenciais de 2005.⁹³

⁹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 65

⁹² IDEM, *Ibidem*, pp. 65-66

⁹³ IDEM, *Ibidem*, p. 66



Desde 2005, a rivalidade pelo poder político na República Islâmica foi disputada entre a facção Conservadora e uma ramificação da mesma, os Neo-Conservadores (aos quais pertence Mahmoud Ahmadinejad), a facção pragmatista e a facção reformista. A eleição de Ahmadinejad trouxe para o poder, um ramo militar marginalizado da facção conservadora, os Neo-conservadores, a maioria dos quais com um *background* militar ou da área de segurança, sendo que na sua maioria procuram legitimidade e inspiração, não nas ideias de Ayatollah Khomeini, mas no próprio 12º Imam. O Presidente Ahmadinejad criticou a crescente burocratização do Estado e prometeu diminuir o fosso entre os ricos e os pobres na sociedade iraniana. Ahmadinejad foi ao ponto de criticar os anteriores Presidentes Rafsanjani e Khatami, também membros do clero, de terem falhado em estabelecer um verdadeiro Estado Islâmico. Um dos seus maiores críticos é Rafsanjani, tradicionalmente um aliado dos Neo-conservadores. Assim não é claro que se irá assistir a um fortalecimento ou enfraquecimento dos Neo-conservadores. A eleição de Hashemi Rafsanjani como presidente da Assembleia de Peritos, a demissão de Ali Larijani do cargo de secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional, a nomeação de Mohammad Ali Jafari como comandante do IRGC pelo Líder Supremo, resulta na tendência para o enfraquecimento dos neo-conservadores no futuro⁹⁴.

Desde a Revolução Islâmica, o poder político, o poder sobre as Forças Armadas e o poder sobre o sistema económico têm estado fundamentalmente nas mãos da facção conservadora da elite política iraniana. Desse facto resulta que essa mesma facção tenha sido até hoje a força matriz por detrás do processo de decisão política relativa às áreas económica, sociocultural e política externa.

Os Reformistas

A facção Reformista começou a ser formada em 1987, impulsionado por Mehdi Karrubi e Mohammad Khatami. Esta entidade política defende um sistema

⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, pp. 66-67



político islâmico pluralista e democrático. Algumas das suas principais figuras, a mais importante o antigo Presidente Khatami, defendiam a promoção da sociedade civil, a diminuição do controlo político e social, a abertura económica, uma *renaissance* cultural e uma maior interacção com o mundo exterior. Os membros deste grupo foram inspirados por pensadores como Ali Shariati e, mais tarde, Abdul Karim Soroush que sintetizou os conceitos e valores morais islâmicos com a filosofia iluminista da política contemporânea, argumentando que não existia uma tensão inerente entre a democracia e a sociedade islâmica. Porém alguns dos líderes que tendem a ser mais realistas que idealistas enfatizam a importância de manter um equilíbrio de poder na política interna⁹⁵.

Khatami, o líder da facção Reformista, formou-se em pensamento político ocidental contemporâneo, no entanto, apesar de defender muitos valores caros ao ocidente, era também o primeiro a contestar o seu excessivo materialismo e insensibilidade às necessidades espirituais do Homem. Assim, Khatami pode ser visto como o descendente de um linhagem de reformistas islâmicos que pretendem revitalizar a sociedade sem deixar de confiar nos preceitos e tradições islâmicos. Assim Khatami nunca deixou de ser um homem do sistema mais perto do conformismo do que da confrontação ao contrário de Mir-Hossein Moussavi, também um veterano da política iraniana que originou a “onda verde” nas eleições presidenciais de 2009. Apesar de Moussavi assumir-se como um candidato independente, a facção política que consistia a sua base de apoio era a Reformista⁹⁶.

O movimento reformista não é sumarizado apenas pelos seus líderes. Este consiste numa coligação entre intelectuais dissidentes, religiosos moderados, profissionais da classe média e estudantes pressionados pela elite no poder. Muitos dos militantes reformistas sentiram-se desconfortáveis com a estratégia de Khatami, assim é necessário olhar para além do antigo Presidente para compreender a complexidade do movimento reformista. Assim, no início dos anos

⁹⁵ GREEN, *op. cit.*, p. 26

⁹⁶ SECOR, Laura, *Protest Vote, in The New Yorker*, June 29, 2009, [http://www.newyorker.com/talk/comment/2009/06/29/090629taco_talk_secor], Consultado em 15 de Junho de 2010



1990 um grupo eclético de políticos, religiosos e intelectuais iniciou uma reexaminação do papel da participação pública na governação islâmica. Muitos dos antigos e leais soldados e apoiantes da revolução sentiam-se descontentes com a crescente marginalização da vida política. Entre esses veteranos estão Abdollah Nuri, Sa'eed Hajaria e Abdulvand Musavi-Lari que estabeleceram círculos académicos e jornalísticos que permitiram que o movimento reformista se desenvolvesse. Portanto, o movimento reformista defendia que no sentido de compatibilizar os princípios islâmicos com os princípios democráticos, era necessário que a interpretação das escrituras não fosse estática e imutável, mas devia-se adaptar às condições humanas. Esta reconceptualização do Islão foi corajosamente defendida pelo Professor da Universidade de Teerão, Abdol Karim Souroush, outro importante impulsionador da facção Reformista. Porém o movimento não foi sustentado apenas por activistas políticos ou académicos, alguns religiosos também se juntaram ao mesmo. É o caso de Hojjat-ol-Islam Mohsen Kadivar, que a partir da teologia Xiita apoiou a visão de Khomeini e dos reformistas. Um dos seus principais argumentos dizia que dada a ocultação do 12º Imam no ano 976, até ao seu retorno qualquer tipo de governo teocrático estaria fora de questão. Mais tarde o Grand Ayatollah Montazeri, um dos mais respeitados membros do clero, e apontado como possível sucessor de Khomeini, juntou-se ao movimento reformista, justificando a ligação entre o Islão e os princípios democráticos. A par destas considerações é importante referir que assim como as outras facções políticas, os reformistas eram leais ao regime e às suas instituições, incluindo o *Faqih*. A diferença está na interpretação de como essas instituições devem ser escrutinadas⁹⁷.

O momento auge da facção reformista foi a eleição de Khatami nas presidenciais de 1997, a vitória nas eleições municipais em 1998 e para o parlamento em 2000. Apesar da euforia da “Primavera de Teerão”, o movimento reformista permaneceu como uma esfera fechada de intelectuais, sem contacto directo com algumas comunidades enfraquecidas, como os sindicatos, as organizações de comércio e o sector relativo à modernização das empresas. O

⁹⁷ TAKEYH, *op. cit.*, pp. 46-48



movimento entrou numa fase de estagnação e grande parte da população começou a contestar a ineficácia da estratégia reformista no governo. Enquanto isso, os Neo-conservadores desenhavam uma estratégia bem delineada para chegar ao poder e conseguir a hegemonia neste domínio, e enquanto os Reformistas concentravam-se na retórica e no debate de ideias.⁹⁸ O 11 de Setembro de 2001 e a estratégia de democratização do Médio Oriente da administração Bush acelerou o caminho dos Neo-conservadores para o poder na República Islâmica, juntamente com as repetidas advertências do Líder Supremo Khamanei aos Reformistas, e finalmente com a crescente influência dos Guardas da Revolução no plano doméstico iraniano.⁹⁹ Os Neo-Conservadores substituíram os reformistas no poder com a eleição de Ahmadinejad em 2005, impulsionados pela inclusão do Irão no “Eixo do Mal” da Administração Bush e com os argumentos populistas que essa nomeação lhes conferia. A ameaça americana foi de certo modo, um meio de fazer esquecer os problemas internos do país, e levar os neo-conservadores ao plano de hegemonia política no Irão¹⁰⁰.

Os Pragmatistas

Esta facção, que se cristalizou em torno de Rafsanjani, situa-se geralmente entre as duas outras facções, representando assim o centro. Organizou-se a partir de dois grupos políticos, o Partido dos Executivos da Construção (Hezbe Kargozaran Sazandegi) que apoia a abordagem reformista em relação à cultura, e o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (Hezbe E'tedal va Tose'eh), que está mais próximo dos conservadores nas questões culturais. Esta facção, no seu todo, foi inspirada pelo trabalho intelectual de alguns académicos e economistas que acreditavam na modernização económica a partir de cima (o chamado "modelo chinês"). Defende uma maior cooperação técnica e financeira com o Ocidente,

⁹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 52

⁹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 52

¹⁰⁰ IDEM, *Ibidem*, pp. 50-54



incluindo os Estados Unidos, mas direcciona pouco a sua atenção para a democratização política. A posição dos Pragmatistas sobre o mesmo assunto ou problema muda frequentemente, levando a acusações de oportunismo dos seus rivais, especialmente entre os Conservadores, que se descrevem literalmente como os "principalistas", aqueles que se mantiveram firmes aos ideais da revolução. Os pragmáticos têm tradicionalmente apoiantes da classe que se dedicam ao comércio (os *bazaaris*) dos estudantes, das classes médias urbanas, e dos tecnocratas¹⁰¹.

Akbar Hashemi Rafsanjani, o líder dos Pragmatistas e antigo discípulo de Khomeini, assumiu a presidência do Irão durante dois mandatos, desde 1989. As suas políticas eram perfumadas por um realismo político que o levou a tomar decisões no âmbito económico e cultural fora da ortodoxia estabelecida e dos preceitos islâmicos. Para Rafsanjani, a legitimidade do regime e do governo islâmico dependiam da performance económica do país. Assim a sua atenção foi direccionada para o *institution building*, apoiado por uma burocratização competente do Estado, auxiliares na aplicação da visão pragmatista e das suas reformas. Usando a China como modelo, os Pragmatistas esperavam conceber uma nova ordem política que fosse economicamente eficiente, culturalmente tolerante e politicamente autocrática. Para Rafsanjani, isto só era possível substituindo os conservadores por reformistas tecnocratas nos Ministérios chave para efectivar as reformas políticas idealizadas. Os Pragmatistas pretendiam também transcender o populismo das políticas de Khomeini, enfatizando a iniciativa privada e atraindo investimento estrangeiro, o que significava pedir empréstimos ao Banco Mundial e concordar com a propriedade parcial de indústrias domésticas por entidades estrangeiras. Assim, com os Pragmatistas no governo, a República Islâmica deixou de desejar a mudança das normas internacionais e procurou participar na economia global¹⁰².

Embora a prioridade dos Pragmatistas fosse a economia, secundarizando a questão do pluralismo e da representação política, [os Pragmatistas] não deixaram de fazer oposição ao autoritarismo da facção conservadora. A consolidação das

¹⁰¹ GREEN, *op. cit.*, pp. 26-27

¹⁰² TAKEYH, *op. cit.*, pp. 40-41



instituições republicanas é para os Pragmatistas uma maneira de satisfazer as aspirações políticas da população. Na sua visão, o papel do Líder Supremo dentro do regime deveria servir também para ajudar a resolver questões como o crescimento demográfico ou a degeneração das instituições do regime. Quanto aos assuntos culturais, os Pragmatistas evitavam a imposição coerciva dos preceitos islâmicos nos jovens iranianos. A sua atenção estava virada para a liberalização da sociedade mas sem criar grandes tensões na sociedade¹⁰³.

Apesar das iniciativas reformistas da Presidência Rafsanjani, os Pragmatistas ficaram reféns do poder das bases conservadores e da sua influência ideológica na sociedade iraniana. Apesar das importantes medidas económicas de Rafsanjani, este enfrentou uma rebelião por parte da oposição que criticava o enfraquecimento das imposições culturais. O Líder Supremo, Ali Khamanei, chegou a referir: “Alguns menosprezam as virtudes da religião, mas se gastarmos milhões em projectos de desenvolvimento e ignorarmos as questões morais, todas as conquistas não terão significado”¹⁰⁴. Com o apoio do *Faqih*, os Conservadores conseguiram através do seu poder institucional e informal contrariar as medidas pragmatistas. Não seria assim a primeira vez que no plano político interno se observava uma contradição fundamental entre duas facções, uma que professava o idealismo, a Conservadora, e outra que dava maior ênfase ao interesse nacional, a Pragmatista¹⁰⁵.

A presidência Rafsanjani não conseguiu cumprir os seus objectivos, apesar do sucesso de algumas das suas medidas. A sua inabilidade proveio da incapacidade ou recusa em desafiar os centros de poder conservadores. No entanto, a ênfase dada por Rafsanjani e os Pragmatistas à performance económica e liberalização da cultura alterou a natureza da relação entre a sociedade civil e o Estado. As suas reformas serviram como uma ignição do movimento reformista de Khatami que tentou sem sucesso alterar a topografia política do Irão, que observa ainda hoje a

¹⁰³ IDEM, *Ibidem*, pp. 41-42

¹⁰⁴ KHAMANEI, Ali, in TAKEYH, *op. cit.*, p. 41

¹⁰⁵ TAKEYH, *op. cit.*, p. 43



hegemonia da facção Conservadora, através do neo-conservadorismo de Ahmadinejad.

Os Conservadores

A facção Conservadora formou-se em torno de personalidades como Ali Khamenei e Mohammad Reza Mahdavi Kani. Esta entidade política defende um governo islâmico patriarcal e altamente hierarquizado, a consolidação dos benefícios da revolução, a preservação de um estilo de vida tradicional, a promoção da auto-suficiência do país e da pureza cultural. Entre os seus apoiantes está a população rural e os membros IRGC (embora muitos dos seus membros apoiem desde 2005 os neo-conservadores) e muitas figuras religiosas¹⁰⁶.

A figura que domina o bloco Conservador depois da morte de Khomeini é o Líder Supremo, Ayatollah Ali Khamanei. Tendo em conta as deficiências na formação académica e religiosa de Khamanei, este passou o início do seu mandato em busca da aprovação dos clérigos reaccionários. Khamanei conseguiu também gerar uma mútua dependência entre os oligarcas religiosos e o seu gabinete. O temperamento de Khamanei é naturalmente conservador, desconfortável com soluções radicais e cruzadas auto-destrutivas. Ao longo dos anos, o Líder Supremo tem vindo a tornar-se mais conservador e até reaccionário, acreditando que a missão da República Islâmica passa pela preservação das normas islâmicas e pela resistência perante tentativas de alteração de regime por parte da população¹⁰⁷.

Nas últimas décadas, Khamanei juntamente com os militantes conservadores asseguraram a sua hegemonia política através do domínio dos órgãos não-electivos do regime. Através do controlo do Gabinete do Líder Supremo, do Conselho dos Guardiães, e do poder judicial puderam contrabalançar a seu favor o poder atribuído aos órgãos electivos. Os Conservadores mais radicais

¹⁰⁶ GREEN, Jerrold *et. al.*, *Understanding Iran*, Santa Monica: RAND, 2009, p. 26

¹⁰⁷ TAKEYH, Ray, *Hidden Iran – Paradox and Power in the Islamic Republic*, New York: Holt Paperback, 2006, p. 34



aproveitaram-se das manipulações constitucionais de Khomeini, que garantiram que as instituições religiosas do Estado servissem como “*watchdogs*” que impedem possíveis aspirações revolucionárias da população. Para além das instituições formais do Estado, os Conservadores mais radicais, denominados também como Neo-conservadores, dominam os instrumentos coercivos da República Islâmica, nomeadamente os Guardas da Revolução, que durante os anos 1990 lutaram pela repressão do movimento reformador que pretendia expandir os direitos políticos e de cidadania dos iranianos. Nos anos mais recentes, verificou-se que a militância conservadora, quando analisada demograficamente, está a mudar. Uma nova geração de políticos está a assumir uma posição de liderança dentro da facção conservadora. O Presidente Ahmadinejad e os membros do Parlamento organizaram-se num novo grupo político, *Abadgaran*, e representam o futuro da facção conservadora, o Neo-conservadorismo. Os militantes mais novos foram influenciados não só pela Revolução, mas também pela prolongada Guerra Irão-Iraque que os levou a suspeitar da comunidade e dos tratados internacionais. Os Neo-conservadores são também especialmente críticos da não aplicação das normas islâmicas e da crescente corrupção que se desenvolveu no Irão. Assim, a nova geração de Conservadores parece bastante mais dogmática que os seus antecessores que criaram a Revolução Islâmica¹⁰⁸.

Os Conservadores iranianos, novos ou mais velhos, estão imbuídos de uma ideologia que vê o propósito fundamental do Estado na realização da vontade de Deus na terra. Sendo assim, apoiam a visão que o poder deve estar nas mãos de religiosos ou leigos devotos. Vêm-se a si próprios como a classe vanguardista que zela pela lealdade à visão revolucionária de Khomeini e melhor compreende a complexidade da jurisprudência islâmica, e por isso a sua autoridade não deve ser ameaçada pela população ou os órgãos representativos. Dada as referidas inclinações ideológicas, os Neo-conservadores, estão longe de ser adeptos dos preceitos democráticos. O conselheiro espiritual de Ahmadinejad, Muhammad Mesbah Yazdi, refere a este propósito: “Os preceitos de Deus não acreditam no

¹⁰⁸ IDEM, *Ibidem*, pp. 34-45



pluralismo. Acreditam que apenas uma ideia é a correcta”.¹⁰⁹ Seguros da veracidade das suas posições ideológicas, os Neo-conservadores observaram uma crescente perda de popularidade e descontentamento acerca do governo teocrático do Irão. Acresce a isto a incompreensão dos jovens por parte desta facção. A segregação dos sexos, a aplicação de códigos relacionados com a roupa das mulheres, o controlo dos *media* e da indústria cinematográfica continuam a ser os métodos de combate à “decadência cultural”. Hoje os Neo-conservadores questionam-se sobre a razão pela qual os jovens não passam o seu tempo livre a ler tratados teológicos. De certo modo, podemos afirmar que os jovens poderão constituir um dos pontos fracos quanto ao domínio desta facção na sociedade iraniana¹¹⁰.

A perspectiva económica dos Conservadores é de certa forma proteccionista e estatocêntrica. Por um lado, pretende satisfazer os pequenos comerciantes e por outro lado diminuir o fosso entre os ricos e os pobres. No entanto, por vezes os clérigos conservadores aliam os seus princípios aos do livre comércio, e.g., quando foi declarada a santidade da propriedade privada e alguns pareceres islâmicos favoráveis à liberalização do comércio e das empresas. No entanto, os Neo-conservadores não têm promovido uma economia moderna, acompanhada de uma burocracia racional, instituições administrativas coesas e um sistema bancário viável, pelo contrário, têm apoiado o crescente domínio dos Guardas da Revolução neste domínio. Muitas vezes a existência de uma rede informal ao nível económico favorece a existência de acordos opacos neste domínio. A interdependência entre os Conservadores e as *bonyads*, as já referidas fundações para-estatais que hoje são verdadeiras *holdings* e dominam indústrias e diversos sectores chave da economia, não promove as reformas no âmbito económico-financeiro. No entanto, outras noções como justiça económica e igualdade ecoam na mente dos Neo-conservadores, e foram uma das bandeiras de campanha de Ahmadinejad em 2005¹¹¹.

¹⁰⁹ YAZDI, Muhammad, *in* TAKEYH, *op. cit.*, p. 36

¹¹⁰ TAKEYH, *op. cit.*, p. 36

¹¹¹ IDEM, *Ibidem*, pp. 38-39



A inflexibilidade dos Neo-conservadores, a elite conservadora no poder actualmente contrasta com a dinâmica de mudança presente na sociedade iraniana e no mundo árabe. Desde a morte de Khomeini e depois de uma Guerra prolongada com o Iraque e de todas as lutas travadas pela implantação de um novo regime, os cidadãos iranianos percebem-se a si próprios como cidadãos activos na sociedade, e não como meros actores obedientes do *diktak* religioso. Tendo em conta que 70% da população tem menos do que 30 anos de idade e que os Neo-conservadores gozam de fraca popularidade entre os jovens, este poderá ser um indício que os Neo-conservadores irão perder o domínio das estruturas de poder electivas no Irão, ou ainda a forte possibilidade de uma mudança de regime no Irão.